

Terras em disputa: Vilas de Jacarey e São José do Parahyba (São Paulo - Brasil), 1766 - 1771

Maria Aparecida Papali

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos – São Paulo – Brasil
papali@univap.br

Valéria Zanetti

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos – São Paulo – Brasil
vzanetti@univap.br

Suele França Costa

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos – São Paulo – Brasil
suele@uol.com.br

Resumo: O artigo busca discutir a dinâmica social, relações de poder e conflitos entre posseiros de terras e “homens bons” das Vilas de Jacarey e São José do Parahyba, Capitania de São Paulo, no século XVIII. O principal objeto de análise neste trabalho, foco dos primeiros questionamentos relacionados à dinâmica do poder e dos grupos locais, foi o assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra, em 15 de novembro de 1767, e as denúncias de José Araújo Portes, filho do capitão mor assassinado. Como metodologia de pesquisa são utilizadas diversas fontes primárias, principalmente os documentos da Coleção Morgado de Mateus, que estão disponíveis no site do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos. Para a realização desta pesquisa foram também utilizados alguns documentos das Ordenanças e as Atas da Câmara da Vila de Jacarey e as Listas Nominativas do Bairro da Pernambucana datado de 1767, além dos inventários do Capitão Domingos Bícudo de Brito (1758), de Manoel de Souza Teixeira e Ignacia de Araújo (1759), disponíveis no Arquivo Público Municipal de Jacareí.

Palavras-chaves: Espaço. Posseiros. Pobres-livres. Conflitos.

Introdução

Neste artigo busca-se discutir tensões e disputas territoriais entre duas pequenas vilas da Capitania de São Paulo, São José do Parahyba e Jacarey, entre os anos de 1766 a 1771, momento importante da história da Capitania, quando, sob o comando de

Morgado de Mateus sua revitalização se consolidava. Nessas contendas, posseiros e “homens bons” das respectivas vilas confrontam-se em disputas territoriais. Tais disputas evidenciam também relações de poder local, tendo como ápice o assassinato do capitão mor da Vila de Jacarehy, José de Araújo Coimbra.

Durante muitos anos considerou-se que o Brasil colonial se resumia às histórias de regiões de grandes latifúndios monocultores, como as de cultivo do açúcar e do café, consideradas síntese e explicação de tudo o que se formou no Brasil à época colonial. Os estudos de regiões que estivessem fora dessa configuração não valeriam a pena ser investigados pela historiografia.

Pesquisas recentes mostram uma sociedade colonial infinitamente mais complexa e, portanto, muito mais rica de significados. Pequenas vilas, povoados e cidades coloniais, até pouco tempo não atraíam o interesse dos historiadores brasileiros, justamente por não se enquadrarem nos parâmetros das grandes propriedades açucareiras e cafeeiras, e, conseqüentemente, pela pouca expressividade política no cenário colonial. No entanto, esse cenário historiográfico tem sido modificado em função das possibilidades investigativas que pequenas localidades podem conferir ao avanço das pesquisas históricas.

Contexto paulista colonial do século XVIII

A partir de 1750, quando foi instituído o Tratado de Madri, o qual promulgava o direito de posse do território por meio da efetiva ocupação, *Uti Possidetis*¹, a situação de risco de uma invasão estrangeira no ultramar português, sobretudo nas regiões de fronteira com a América espanhola e ao longo do litoral brasileiro, agravou-se, alertando Portugal a tomar medidas em defesa das *terras brasís*. Além de proteger as fronteiras e a costa do Brasil, o Estado luso preocupou-se também em garantir a oficialização do território colonial adotando uma política de elevação do maior número possível de núcleos de povoamento à condição de freguesias e vilas, medida que as tornava, de fato, uma extensão do poder régio português.

¹ Termo em latim que, contextualizado ao Tratado de Madri (1750), significava que a terra pertenceria a quem de fato a ocupasse.

Em 1765, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, assumiu o governo da Capitania de São Paulo, a qual voltou a ser autônoma sob diretrizes distintas de toda a Colônia, uma vez que São Paulo passou a ser vista por Portugal como uma região de novas possibilidades estratégico-administrativas, tornando-se o “carro chefe” para os empreendimentos geopolíticos na região do Prata, para o abastecimento de soldados nas Milícias e em prol do aquecimento econômico colonial em função do aumento da produção do algodão, tabaco e demais gêneros para o abastecimento interno.

Foi nesse quadro de acontecimentos que o sertão paulista viveu uma febre de povoamento e fixação de seus habitantes, política promovida pelo governo de Morgado de Mateus. Um dado interessante foi a extraordinária proliferação de Vilas na Capitania de São Paulo nesse período. O objetivo de Morgado de Mateus, ao elevar as aldeias e povoados à categoria de vilas era o de centralizar o poder por meio da Câmara Municipal, tendo em vista que somente as vilas possuíam esse órgão administrativo. Nesse sentido, a formação de vilas organizava e oficializava a interiorização portuguesa. No caso de São Paulo, John Monteiro (1994) afirma que “muitas vezes a fundação de vilas chegava a anteceder, sobretudo no período colonial, a ocupação efetiva do solo”.

Durante a segunda metade do século XVIII, período em que a Aldeia paulista de São José do Parahyba passava da condição de Aldeia à condição de Vila Nova (1767), verifica-se em diversos documentos um problema comum em várias regiões do Brasil colonial: os conflitos por terra, as quais, sem delimitação oficial, abriam caminho para contendas territoriais. Não havia uma política sistêmica de agrimensura na Colônia, pois, assim como era praticado em Portugal desde o século XIV, também no Brasil o direito à terra dependia, muitas vezes, apenas de seu usufruto.

Na América portuguesa essa prática também foi utilizada por outro fator que não apenas o uso e costume: a demarcação oficial de terras despendia recursos financeiros que grande parte da população não possuía. Além disso, para ter direito de receber uma sesmaria era, em geral, ser necessário ter cabedal ou título que justificasse essa concessão de terras. Com um sistema sesmarial e burocrático de difícil acesso para a grande parcela da população colonial, restava o apossamento de terras cultiváveis, legitimadas unicamente por seu tempo e utilização (NOZOE, 2009, p. 11).

Contudo, a dificuldade de se obter uma sesmaria ou mesmo registrar e delimitar as posses permitia brechas para que cada proprietário pudesse ampliar suas terras, criando uma série de contendas devido à prática da não oficialização dos limites

territoriais. Segundo Richard Graham (1997, p. 41): “(...) Poucos agrimensavam suas terras e cada proprietário via na imprecisão de seus limites uma oportunidade de aumentar seus bens”.

Conflitos territoriais em São José do Parahyba

*(...) faço ciente a V. Ex. que se acham muitos moradores deste continente situados nas terras pertencentes a esta Aldeia (...)*²

Entre os anos de 1766 e 1771, documentos evidenciam que a Nova Vila de São José do Parahyba, erigida em 1767 e que até então era um aldeamento civil, sofria invasões constantes de suas terras cultiváveis por posseiros de vilas próximas, como a Vila de Taubathe e, principalmente, a Vila de Jacarehy.

A falta de uma demarcação oficial dos limites territoriais de São José permitia que os donos de terras de outras povoações pudessem redefinir suas posses e, assim, tomar parte dos campos cultiváveis pertencentes à Nova Vila de São José. Mesmo com a elevação à categoria de vila em 1767, São José do Parahyba não possuía recursos financeiros para pagar uma demarcação de terras:

Dizem o Director, officiaiz, e mais Indioz da Aldeya de S. Joze que elles suplicantes se vem perturbados de vários moradores, que pertendem tirar lhes as suas terras, campos, e outros que já se tem metido nellas, fazendo-ce Senhores com criações de que tem resultado aos Suplicantes inconsideravel prejuízo³.

² Catalogação da Biblioteca Nacional: l – 30, 10, 27 nº 02, Data: 15 de janeiro de 1766.

³ Catalogação da Biblioteca Nacional: l – 30, 23, 84 nº 01, sem data.

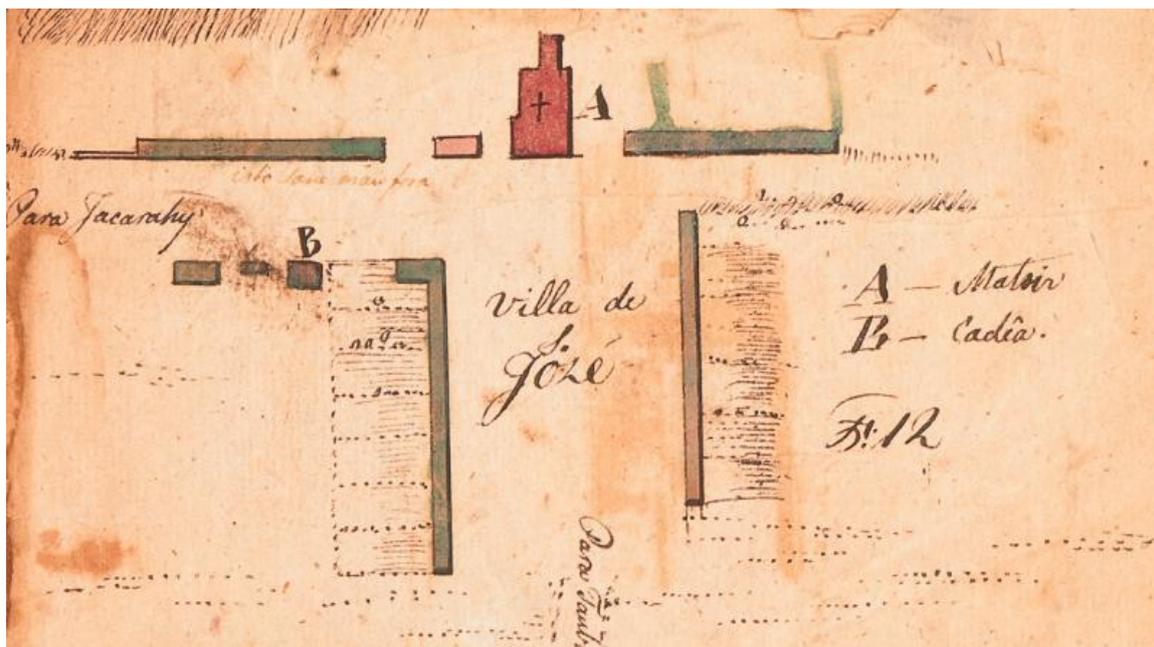


Figura 1: Croqui delimitatório da Vila de São José do Parahyba (1767).

Fonte: Núcleo de Pesquisa Pro Memória. Laboratório do Pesquisa e Documentação Histórica/ Universidade do Vale do Paraíba/ São José dos Campos/São Paulo/ Brasil.

A demarcação territorial era uma preocupação constante do capitão mor e diretor José de Araújo Coimbra, que administrou a Aldeia e, posteriormente, a Nova Vila de São José do Parahyba entre 1766 e 1767. Em cartas endereçadas ao governador da Capitania de São Paulo, D. Luís de Sousa Botelho Mourão, ou Morgado de Mateus, o capitão mor apontava as necessidades de se delimitar oficialmente as divisas de São José com as povoações vizinhas de Taubathe e Jacarehy. De acordo com José de Araújo Coimbra, os índios aldeados enfrentavam as ameaças e investidas de donos de terras contra as paragens de São José, terras utilizadas pelos nativos para o cultivo de produtos de subsistência e para pequena produção de artigos comerciáveis nos mercados coloniais.

Em diversas emendas, o capitão mor José de Araújo Coimbra solicita recursos ao governador da capitania para que São José pudesse ser devidamente agrimensada, pois a população da Nova Vila não possuía meios para pagar a demarcação de suas terras. Coimbra expõe essa realidade em carta datada de 07 de abril de 1767, endereçada ao governador Morgado de Mateus:

(...) As terras que V. Ex.^a foi servido ordenar que o juiz medisse e demarcase a Aldeia de S. Joze; até o prez^{te} se não tem feito em razão de que a dita Aldeia não tem dinheiro por ora, e o Escrivão as não quererá medir sem que se lhe pague logo, e este é o que ganha maior salário pello Extra ordinário regimento, (...)

sendo V. Ex.^a servido mandar por seu despacho que outro qualquer escrivão juramentado que por menos o queira fazer e dar espera a que haja o dinheiro possa cometer as medições junto com o juiz das medições do Destricto⁴.

De acordo com o documento, os índios da Aldeia de São José do Parahyba não possuíam recursos financeiros para arcarem com as despesas de delimitação de suas terras, exigidas pelo juiz. De fato, como já foi explanado anteriormente, o distanciamento do aparelho burocrático e seu alto custo não permitiam que grande parte dos donos de terras – exclusivos casos de obtenção de sesmarias, pois estas eram doadas já delimitadas, ou grandes latifúndios, cujo proprietário podia pagar pela delimitação –, tivessem acesso à oficialização de seus bens.

Em relação às invasões dos campos cultiváveis de São José do Parahyba, principalmente a região das terras da Pernambucana, José de Araújo Coimbra e outros “homens bons” pertencentes à Nova Vila denunciam uma série de ameaças, contendas e mortes devido às investidas de posseiros oriundos da Vila de Jacarehy sobre os limites indivisos de São José.

Muito embora a luta pelo acesso à terra estivesse comumente ligada ao universo da pobreza, os posseiros aqui analisados nem sempre eram pobres livres destituídos de terras. Nos conflitos territoriais no Campo da Pernambucana, em São José do Parayba, além de pequenos lavradores e agregados da cidade de Jacarehy, constava no comando desses conflitos um dono de terras e capitão de ordenanças da Vila de Jacarehy chamado Antonio Gonçalves Agostim.

O cerne dos conflitos pela posse das terras de São José estava, principalmente, na região do Campo da Pernambucana, que fazia divisa com o Bairro da Pernambucana, pertencente à Vila de Jacarehy.

Nessa região as contendas territoriais traziam uma série de problemas aos índios de São José, os quais utilizavam o Campo da Pernambucana como área de plantio e que se viam constantemente ameaçados pelos avanços de posseiros agregados à casa de Antonio Gonçalves Agostim. As contendas pela posse das paragens da Pernambucana também foram responsáveis pela morte do capitão mor José de Araújo Coimbra em 15 de novembro de 1767, assassinado a mando do capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, conforme denúncia de José de Araújo Portes (filho de José de Araújo Coimbra e sucessor no cargo de diretor de São José do Parahyba):

⁴ José de Araújo Coimbra, Catalogação da Biblioteca Nacional: l – 30, 10, 27 nº 24, Data: 07 de abril de 1767.

(...) também dou p^{te} a V. Ex.^a que hú dos matadores do defunto [refere-se ao capitão mor José de Araújo Coimbra, assassinado em 1767], filho bastardo de Antonio Gonçalves Agostim disse perante alguns sete Índios desta V^a, que se retornase a roçar nos matos da pernambucana, que haverá de ferver o chumbo (...)⁵.

Verifica-se nas cartas escritas pelo diretor José de Araújo Portes entre 1768 e 1771, que as invasões das terras do Campo da Pernambucana e as ameaças aos índios da Nova Vila de São José efetuadas por agregados de Antonio Gonçalves Agostim, continuaram mesmo após o assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra em 1767. Nota-se que, com a morte do capitão mor e em função do temor que pairava em torno do capitão de ordenanças, os avanços sobre as terras dos índios tornaram-se mais frequentes e violentos. Como meio de investir contra o Campo da Pernambucana, para aumentar suas possessões, Agostim dispunha de recursos como sua influência frente às autoridades locais, sua posição mais abastada, seus agregados para invadir as paragens joseenses, em detrimento dos nativos aldeados e da antiga população pobre e livre que já havia se estabelecido na Vila de São José do Parahyba.

⁵ José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: l – 30, 15, 32 nº 01, Data: 08 de julho de 1768.

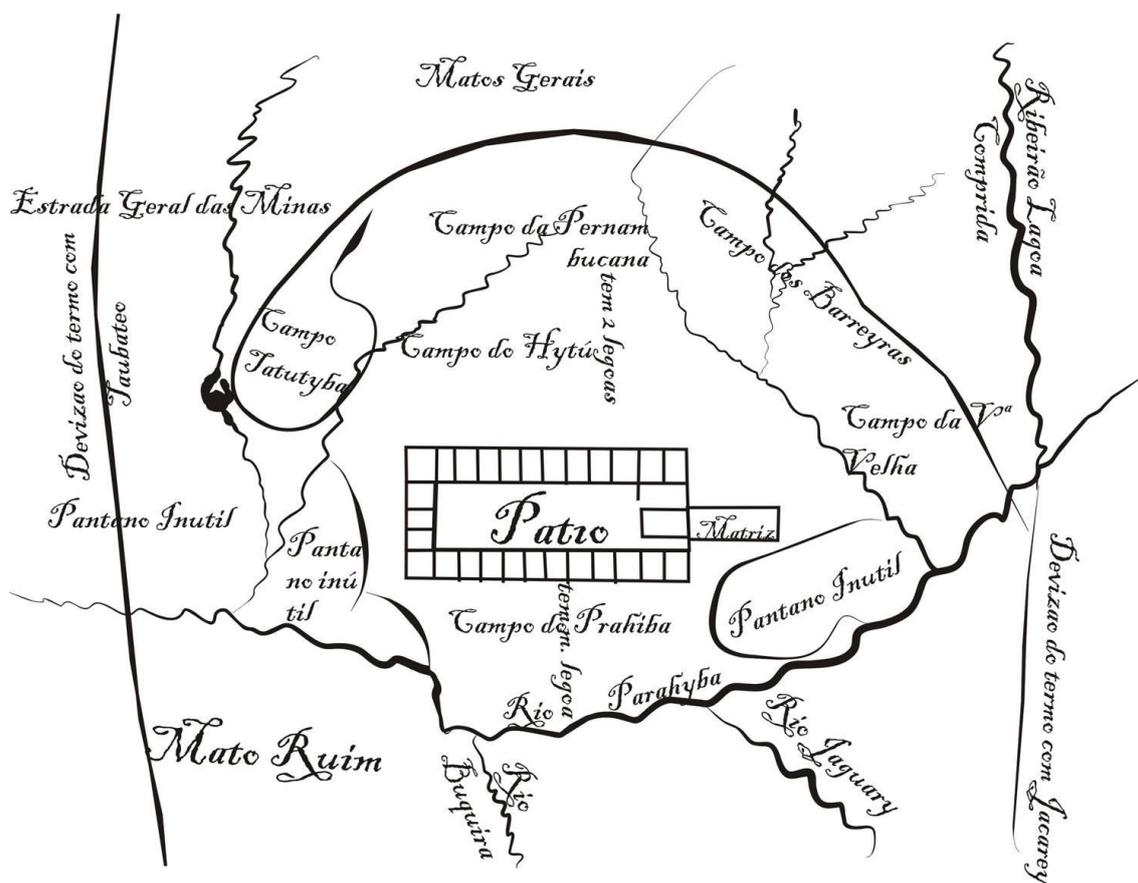


Figura 2: Mapa – Divisa territorial da Nova Vila de São José do Parahyba.
 Fonte: Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 24, 24 nº 2, sem data.
 Disponível no site do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos.

Analisando o mapa dos limites territoriais da Vila de São José do Parahyba (figura 2) verifica-se que as áreas cultiváveis disponíveis eram escassas. Em torno da divisa com as Vilas de Taubathe e Jacarehy, encontram-se diversas regiões nomeadas por “mato ruim” e “pântano inútil”, supostamente áreas onde a agricultura era ruim ou inviável. Ao redor da vila, nos perímetros próximos a essas regiões inférteis, localizam-se pequenas áreas de “campos”, provavelmente áreas mais propícias à produção agrícola e à criação de animais. Além das áreas férteis serem escassas, não se pode deixar de fazer essa análise pensando que essas regiões, além de pequenas, não eram despovoadas. Havia, com certeza, famílias que também moravam nessas áreas e que dividiam o espaço com a população aldeada de São José do Parahyba.

Percebe-se que o Campo da Pernambucana, que aparece sendo a área mais disputada entre a população de São José e os posseiros de Jacarehy, cerne dos conflitos

que culminou no assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra, situa-se no mapa na divisa entre Jacarehy e São José, facilitando as invasões. Pressupõe-se também que, em meio às poucas áreas cultiváveis, as terras da Pernambucana eram, provavelmente, as maiores e mais férteis, pois esse campo não se localizava próximo às regiões mais estéreis. Tal questão esclarece os motivos pelos quais José de Araújo Coimbra e Antonio Gonçalves Agostim conflitavam pelo direito à posse das terras do Campo da Pernambucana. Para Coimbra seria um prejuízo abrir mão da melhor e maior região agrícola que São José dispunha. Perder esse espaço seria o mesmo que perder parte da produção e da mão de obra controlada por ele.

Em meados do século XVIII e primeiros anos do século XIX, o Vale do Paraíba era composto principalmente por pequenos e médios produtores e lavradores pobres. Em geral, os excedentes dessa produção eram comercializados localmente ou direcionados aos mercados coloniais por Parati. Segundo Maria José Olmo (2000, p. 75): “(...) Os pequenos agricultores, os que plantavam para comer, além de sua subsistência direta, também participavam desse comércio e da constituição de um circuito interno de trocas na Colônia”.

Em uma região como o Vale do Paraíba, onde a população dispunha, de modo geral, de poucos recursos e uma baixa produção – se comparada com os grandes latifundiários das regiões açucareiras –, possuir terras era, mais do que uma situação financeira favorável, um elemento que arraigava poder político e status social: “Nas vilas, foi estabelecido que os cargos de capitão mor, assim como os capitães de companhia, deveriam ser escolhidos de acordo com sua influência na região, ou seja, medido pelas terras que estes detinham: os principais das terras” (SILVA, 2005, p. 149).

Portanto, aumentar a posse de terras e – no caso das relações entre o capitão mor José de Araújo Coimbra e os índios aldeados de São José do Parahyba – captar mão de obra era, antes de tudo, uma busca dessas camadas rurais valeparaibanas. Fatores que, em uma sociedade rudimentar, agregava poder político, econômico, reconhecimento social e influência local.

Na análise desse fenômeno na região das vilas de São José do Parahyba e Jacarehy, tem-se uma parcela mais abastada da população, os “principais da terra”, constituídos por donos de terras, funcionários camarários e homens com patentes de Ordenanças que constituíam uma “nobreza” de modos rudes, tentando se sobressair através, principalmente, da obtenção de terras e de mão de obra, seja ela na forma de

tutelagem – no caso dos nativos aldeados de São José – ou clientela, como fazia Antonio Gonçalves Agostim.

Em meio às contendas territoriais entre o capitão mor José de Araújo Coimbra, o qual procurava garantir o controle sobre as terras de São José e sobre os autóctones por ele administrados, e o capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, o qual por sua vez visava aumentar suas possessões, encontrava-se o Campo da Pernambucana, habitado por nativos aldeados e lavradores livres que o cultivavam, os quais sofriam as ameaças dos agregados de Agostim, que avançavam sobre essas paragens:

Pertencente às camadas mais abastadas da Vila de Jacarehy, com título de Capitão de Ordenanças e cargos superiores atinente às funções burocráticas na vila, Antonio Gonçalves Agostim era mais do que um simples posseiro que se aproveitava da falta de demarcação entre as povoações para garantir sua sobrevivência, como muitos faziam. O capitão de ordenanças, inventariante e morador do Bairro da Pernambucana possuía terras, escravos, agregados e prestígio social, econômico e político (COSTA, 2011, p. 57).

Em decorrência das alterações entre Coimbra e Agostim pelas terras do Campo da Pernambucana, em 15 de novembro de 1767 uma emboscada é preparada para José de Araújo Coimbra, na qual ele é assassinado. Segundo denúncias de seu filho e sucessor no cargo como diretor da Nova Vila, José de Araújo Portes, o assassinato do capitão mor foi ordenado pelo capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, devido aos conflitos pelas terras de São José do Parahyba:

Dou parte a V. Ex.^a que as terras da desgraçada Pernambucana, digo assim porque foy cauza da morte de meu pay, os competidores dellas, as estão destruindo; até as mesmas capueyras que o defunto fabricou com os Indios, ranchos dos mesmos se tem tudo derrotado. Alguns Indios prejudicados me tem feyto queixa, em o que lhe não posso ser bom Director, por me não fazerem o mesmo que fizeram ao defunto meu pay⁶.

Documentos datados de anos posteriores ao assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra, em 1767, demonstram que os problemas relativos às invasões das paragens cultiváveis de São José do Parahyba e a falta de uma demarcação oficial dos limites entre vilas continuaram a ocorrer:

A quinze do mês de Outubro dey parte a V. Ex.^a a Respeito das terras da pernambucana e cujas terras esta Antonio Gonçalves Agostim lavrando e

⁶ José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32 nº 04, Data: 08 de setembro de 1769.

perturbando os Indios e metendo criações de porcos nas roças dos Indios e os pobres temendo se do tal home escuzarão de puxar razões com este temendo se que poderião fazer a eles como fizerão ao defunto Cap. ^{am} Mor de Director por cauza das ditas terras o Matarão. Cujas terras até agora não se medirão de proximo soube pello aviso que me deu que estão judicialmente para medirem o tal Antonio Gonçalves Agostim (...)⁷.

Em relação às demarcações das terras da Nova Vila de São José do Parahyba em 1768, em Ordem emitida pelo governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, foi nomeado como representante do governo da capitania nas demarcações da Nova Vila o tenente Manoel Alvares da Fonseca, cuja função era acompanhar e garantir o processo de delimitação das divisas de São José com suas fronteiras entre as vilas de Jacarehy e Taubathe:

(...) a esta V.^a Nova servindo nos de guia o Tenente Manoel A. da Fonseca como V. Ex.^a lhe determinou; para o que em nome desta Câmara se deu parte a Câmara de Taubathe, aonde fomos principiar; ajudando-nos, na borda do Capam, paragem destinada para a dita demarcação; nos puzeram dois obstáculos ambos com fundam.^{to} o primeiro que o novo foral desta V.^a declarou o D.^{or} ouv.^{or} e Corregedor, que seria o termo demarcado nas tais paragens convindo as câmaras, de Taubathe e Jacarehy; e o segundo que as ordens que V. Ex.^a nos passou, dizem para demarcar freguesia, e não o termo da Vila⁸.

Um encontro entre os representantes das Câmaras Municipais das vilas de Jacarehy, Taubathe e São José, para as demarcações territoriais dos limites entre vilas, ocorrido em 07 de janeiro de 1769, mostrou os verdadeiros intentos das povoações vizinhas a São José do Parahyba: visar estender-se territorialmente sobre as paragens da Nova Vila, pretendendo, o máximo possível, protelar as demarcações oficiais.

O tenente Manoel Alvares da Fonseca, não concordando com o adiamento das delimitações entre vilas, imposto segundo restrições da Câmara da Vila de Taubathe e de Jacarehy que, pelo documento, não chegou a enviar nenhum representante no dia marcado para iniciar a agrimensura da Vila de São José, escreveu ao governador da Capitania de São Paulo relatando o ocorrido e denunciando uma provável “conspiração” dos vigários de Jacarehy e Taubathe que, ao encontrarem-se com o Doutor Ouvidor em visita à região, pretendiam passar informações deturpadas sobre os limites territoriais entre as vilas em detrimento da demarcação oficial da Nova Vila de São José:

⁷ José de Araújo Portes, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32 nº 06, Data: 04 de fevereiro de 1771.

⁸ Carta dos oficiais da Câmara da Vila de São José do Parahyba, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 22, 13 nº 03, Data: 07 de janeiro de 1769.

Em o dia 3 de Janeiro me achei junto com câmara de V.^a Nova de São José, em a paragem da Borda do Capão para dar principio a demarcação do Termo da mesma; para cuja execução determinei, a mesma câmara escrevesse, a de Taubathe para no dia concinado, se achar, querendo; com efeito nos achamos juntos, e elles firmes em não deixarem demarcar; Argui-lhe, os milhinhos fundam.^{tos} que alcancei, porem por duas circunstancias, me convencerão a cujos lhe não pude dar contra (...)

E Nestes termos ficamos de dar todos, parte a V. Ex.^a para mandar, o que for servido com novas ordens. Já Expuz a V. Ex.^a por carta a cauza da demora desta Execução que foy [ilegível] demora do D.^{or} Ouv.^{or} de Sorte que quando me avisou foy na chegada a S. José, e não esteve lá senão uma Noite, e só com elle se acharão os dois vigarios de Jacarehy, e Taubathe e por onde dividio a frg.^a nada fez, porque Esteve pello que lhe disserão, por onde se faz preciso, V. Ex.^a meter o seu Braço porque as Longetudes que elles alegão, são theyas de Aranha que se poem por diante, que só na presença de V. Ex.^a poderey explicar-me, que, se necessário for sou capaz de mandar picar o Mato a minha custa e medir por corda para attestar a verdade⁹.

Verifica-se em documentos posteriores ao assassinato de José de Araújo Coimbra, principalmente emendas de José de Araújo Portes – sucessor de Coimbra na direção da Nova Vila de São José – e do tenente Manoel A. da Fonseca, endereçadas ao governador da capitania, que a agrimensura e as invasões por posseiros, sobretudo agregados a Antonio Gonçalves Agostim, continuaram a constituir problemas enfrentados pelos moradores de São José do Parahyba anos após sua ereção à condição de vila.

Outra questão levantada por José de Araújo Portes nas cartas analisadas refere-se ao abuso de poder do capitão de ordenanças Antonio Gonçalves Agostim, que se aproveitava da vantagem numérica¹⁰ e do prestígio social que possuía na região para avançar sobre as paragens da Nova Vila, sem que as autoridades de Jacarehy e São José o impedissem:

(...) o que se viu após o assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra foi a continuidade da soberba do capitão de ordenanças e o aumento do medo dos moradores e autoridades em relação ao que Agostim e seus aliados seriam capazes de executar para manterem seus anseios territoriais (COSTA, 2011, p. 63).

⁹ Tenente Manoel A. da Fonseca, Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 9, 9 n^o 10, Data: 08 de janeiro de 1769.

¹⁰ As denúncias de José de Araújo Portes ao governador Morgado de Mateus demonstram que Antonio Gonçalves Agostim cooptava famílias de lavradores pobres, agregando-os em sua esfera de influência a fim de aumentar seu poder local (COSTA, 2011, p. 66).

Considerações Finais

Durante a execução dessa pesquisa e por meio da interpretação dos documentos utilizados, foi possível verificar que a forma mais comum de se obter prestígio social e poder local na região compreendida entre as vilas de Jacarehy e São José do Parahyba, na Capitania de São Paulo, ocorria por meio da obtenção de terras e arregimentação de lavradores pobres como agregados.

Principalmente pela falta de agrimensura dos limites entre vilas, os “principais da terra” aumentavam seus bens avançando sobre as posses não oficializadas, redefinindo as fronteiras das povoações e provocando conflitos entre posseiros.

Neste trabalho constatou-se também que este fenômeno (as invasões de terras de outras povoações não agrimensadas por posseiros ou donos de terras e seus agregados) - em particular análise sobre os campos pertencentes a São José que, apesar de erigida à vila em 1767, não possuía recursos para demarcar oficialmente seus limites territoriais -, foi um problema enfrentado pela Nova Vila em relação aos seus vizinhos Jacarehy e Taubathe, sobretudo na área chamada Campo da Pernambucana – maior e mais fértil região agrícola de São José do Parahyba -, onde ocorreram diversas contendas pela e o crime cometido com o capitão mor José de Araújo Coimbra a mando do capitão de ordenanças da Vila de Jacarehy, Antonio Gonçalves Agostim, principal invasor das terras da Pernambucana.

Segundo os documentos, mesmo após a morte do capitão mor, Agostim continuou a avançar sobre a região do Campo da Pernambucana com seus agregados, ameaçando e expulsando seus moradores, os índios aldeados de São José: “Em desavenças e ameaças, sua influência e seu cargo como capitão mor, alta patente militar, não foram suficientes nas contendas com seus rivais (...)” (COSTA, 2011, p. 76).

Compreende-se, portanto, na análise da dinâmica dessa sociedade os motivos pelos quais a terra denotava tanto valor, ultrapassando questões meramente econômicas, a ponto de incitar confrontos e crimes entre sujeitos sociais. Em um mundo rural e rudimentar, onde pertencer a uma camada mais abastada em termos locais não significava possuir riquezas ou cabedal, a terra detinha o poder político e o prestígio que esses “homens bons” precisavam para a manutenção de seu status social.

LAND IN DISPUTE: VILLAGES OF JACAREY AND SÃO JOSÉ DO PARAHYBA (SÃO PAULO, BRAZIL), 1776 -1771

Abstract: The article discusses the social dynamics, power relations and conflicts between squatters land and “good men” Villages Jacarehy and São José do Parahyba, Captaincy of São Paulo, in the eighteenth century. The main object of analysis in this paper, focus of the first questions related to the dynamics of power and local groups, was the murder of Captain José de Araújo Coimbra, on November 15, 1767, and reports of José Araújo Portes, son of captain mor murdered. As research methodology used are various primary sources, manly documents the Collection of Morgado Mateus which are available on the website of the Research Pro-Memory São José dos Campos. For this research werw also used some documents Ordinances and Acts of the Board of the Village of Jacarehy and Lists Nominated Quarter of Pernanbuco dated 1767, besides the inventories of Captain Bicudo Domingos de Brito (1758), Manoel de Manoel de Souza Teixeira and Ignacia de Araújo (1759), available at the Public Archives of Municipal Jacareí.

Keywords: Space. Squatters. Poor-free. Conflicts.

Referências**Fontes Primárias:**

Arquivo Público Municipal de São José dos Campos – Coleção Morgado de Mateus.

Arquivo Público Municipal de Jacareí – Processos-Crimes.

Bibliografia:

COSTA, Suele França. Relações de Poder, Terras Indivisas, Conspiração e Crime: O assassinato do capitão mor José de Araújo Coimbra (V. de Jacarehy e São José do Parahyba – 1766 a 1771). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2011.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Apossamentos de Terras no Brasil Colônia. São Paulo: USP, 2009.

OLMO, Maria José Acedo Del. Vila, Vida e Mercado: São Luíz do Paraítinga, 1800-1820. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser Nobre na Colônia. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Aparecida Papali é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; docente da Universidade do Vale do Paraíba; coordenadora do Núcleo de Pesquisa Pro-Memória São José dos Campos e do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica /IP&D/UNIVAP.

Valéria Zanetti é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; docente da Universidade do Vale do Paraíba; coordenadora do Núcleo de Pesquisa Pro-Memória São José dos Campos, Pró-Memória Jacareí e do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento/UNIVAP.

Suele França Costa é graduada em História pela Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos - SP, e colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica Pró-Memória São José dos Campos - IP&D / UNIVAP.

Recebido em 09/03/2015

Aceito em 01/06/2015